



Serviço Público Federal
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC
Conselho de Ensino e Pesquisa

ATA Nº 10/2010

1 Aos 9 dias do mês de novembro do ano de 2010, no horário das 14h, na sala de reuniões do 5º
2 andar da Unidade Catequese da Universidade Federal do ABC (UFABC), sita à Rua
3 Catequese, 242, Centro, Santo André, realizou-se a X sessão ordinária do Conselho de Ensino
4 e Pesquisa (ConseP) da UFABC, do ano em curso, previamente convocada e presidida pelo
5 magnífico reitor, Helio Waldman, com a presença dos seguintes conselheiros: Gustavo
6 Dalpian, vice-reitor; Carlos Alberto Kamienski, pró-reitor de pós-graduação; Denise Consoni,
7 substituta eventual do pró-reitor de graduação; Edson Pinheiro Pimentel, representante
8 docente do Centro de Matemática, Computação e Cognição (CMCC); Erich Kellner,
9 representante docente do Centro de Engenharia, Modelagem e Ciências Sociais Aplicadas
10 (CECS); Gilberto Martins, diretor do CECS; Josiane Manteiga de Oliveira, representante
11 discente da graduação; Klaus Werner Capelle, pró-reitor de pesquisa; Luciana Campos
12 Paulino, representante docente do Centro de Ciências Naturais e Humanas (CCNH); Maria
13 Estela Conceição de Oliveira Souza, representante dos servidores técnico-administrativos;
14 Rodrigo Martins Santiago da Silva, representante discente da graduação e Valdecir Marville,
15 diretor do CMCC. Ausentes: Arnaldo Rodrigues do Santos Júnior, diretor do CCNH;
16 Cristiane Brito Andrade, representante discente da pós-graduação; Oswaldo Ortiz Fernandes
17 Júnior, representante dos servidores técnico-administrativos e Wagner Diego Gonçalves,
18 representante discente da pós-graduação. Não-votantes: Artur Zirmeman, coordenador do
19 Bacharelado em Políticas Públicas; Eduardo Guéron, assessor de relações internacionais;
20 Eloísa Helena da Silva Quitério, secretária geral; Haroldo de Oliveira Souza Filho, chefe da
21 Divisão de Extensão da Pró-Reitoria de Extensão; Maisa Helena Altarugio, substituta
22 eventual do pró-reitor de extensão; Peter Claessens e Sérgio Amadeu da Silveira, professores
23 convidados. Apoio administrativo: Marcela dos Santos, Soraya Aparecida Cordeiro de
24 Macedo e Tatiane Lira do Nascimento, assistentes em administração da Secretaria Geral.
25 Havendo quórum legal, o magnífico reitor, após cumprimentar os presentes, abre a sessão, às
26 14h25 com os **Informes da Reitoria**: professor Waldman passa a palavra ao pró-reitor de
27 pós-graduação que informa que dos sete cursos de pós-graduação submetidos à Coordenação
28 de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), quatro foram aprovados para o
29 nível de mestrado, a saber: Ciência da Computação; Ciências Humanas e Sociais; Ensino
30 História e Filosofia das Ciências e Matemática e Neurociência e Cognição. Comenta ter sido
31 este um resultado bastante satisfatório, visto que representa, à UFABC, um reconhecimento
32 externo. **Comunicados dos Conselheiros**: 1) professor Edson comunica a realização de um
33 Workshop no dia 10 de novembro de 2010, acerca da Educação a Distância, no auditório do
34 Bloco A, com a presença do professor Sérgio Franco, membro da Comissão Nacional de
35 Avaliação da Educação Superior (CONAES) e Secretário de Educação a Distância da
36 Universidade Federal do Rio Grande do Sul; professora Maria Lúcia Neder, Reitora da
37 Universidade Federal do Mato Grosso e pioneira em EaD (atuando no Brasil e exterior) e
38 professor Gil da Costa Marques, Coordenador da EaD da USP na UNIVESP (projeto de EaD
39 do Estado de São Paulo) e convida o professor Helio Waldman para a abertura do evento.
40 Ainda nessa temática, comunica que, segundo Ofício nº 24 de 2010 da Diretoria de Educação
41 a Distância da CAPES, há uma chamada em aberto para a oferta de cursos de especialização
42 em Ensino de Filosofia, Sociologia, Matemática no Ensino Médio e Ensino de Ciências nas
43 séries finais do Ensino Fundamental. O prazo máximo para o envio de proposta única será no
44 dia 22 de novembro e, a UFABC não enviará proposta, uma vez que ainda se faz necessário
45 abrir discussões acerca do Ensino a Distância na universidade. Relata um terceiro informe.



Serviço Público Federal
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC
Conselho de Ensino e Pesquisa

ATA Nº 10/2010

1 Trata-se de uma solicitação por parte do professor Armando Caputi, quanto ao 2º item da
2 Pauta Suplementar, que versa sobre o indeferimento da progressão funcional do professor.
3 Solicita que seja apreciado na Ordem do Dia, nesta sessão, pois, se o Conselho votar somente
4 na próxima, o professor não poderá receber os valores retroativos, no atual exercício, caso
5 haja deliberação favorável a ele. Professor Marcelo Modesto, relator do assunto, declara-se
6 favorável à solicitação, desde que os conselheiros tenham lido o processo que permaneceu à
7 disposição para apreciação na Secretaria Geral. Com a informação de que nenhum dos
8 conselheiros havia consultado o referido processo, o pedido de passagem para Ordem do Dia
9 foi secundado, mas não foi aprovado, obtendo 2 votos favoráveis, 7 contrários e 1 abstenção.
10 Assim, o assunto continuará no Expediente da presente sessão; 2) professor Valdecir
11 parabeniza a Pró-Reitoria de Pós-Graduação pelas aprovações das propostas inseridas no
12 Aplicativo para Propostas de Cursos Novos (APCN) e demonstrou sua satisfação pelo fato de
13 seis dos onze programas de pós-graduação da UFABC estarem ligados ao CMCC, sendo três
14 deles, recentemente aprovados. Comunica e convida todos para o primeiro encontro sobre
15 Criptografia e Teoria de Códigos, organizado pelo CMCC, que acontecerá no próximo dia 10,
16 a partir das 8h30, no auditório do Bloco A, sob a coordenação dos professores Antonio
17 Cândido Faleiros e Ercílio Carvalho da Silva; 3) professora Máisa solicita, a pedido da Pró-
18 Reitoria de Extensão, a retirada de pauta do 6º item do Expediente, em razão da necessidade
19 de maiores discussões e alterações no documento; 4) solicita-se que o item 1º da pauta
20 complementar ‘Termo de cooperação entre a UFABC e a União, por intermédio do Ministério
21 da Cultura (MinC)/Secretaria de Políticas Culturais’ e 8º ‘Termo de Cooperação entre
22 UFABC e Fundação Orquestra Sinfônica do Estado de São Paulo – Fundação OSESP’ sejam
23 promovidos à Ordem do Dia. Propostas secundadas e aprovadas. **Ordem do Dia: ‘Ata da IX**
24 **sessão ordinária de 2010, realizada no dia 5 de outubro de 2010’.** Aprovada, sem alterações,
25 por unanimidade. **‘Termo de cooperação entre a UFABC e a União, por intermédio do**
26 **Ministério da Cultura (MinC)/Secretaria de Políticas Culturais’.** Professor Gilberto passa a
27 palavra a um dos responsáveis pelo projeto, professor Sérgio Amadeu da Silveira, que relata
28 que a Secretaria de Políticas Culturais do MinC entrou em contato com a UFABC na intenção
29 de viabilizar um conjunto de pesquisas relacionadas ao desenvolvimento de *softwares*
30 culturais livres, que também resultará em propostas de editais e política tecnológica a ser
31 assumida pelo MinC e Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT). O cronograma a ser
32 executado nos próximos dois anos encontra-se concluído, bem como o plano de trabalho, que
33 envolve projetos de pesquisa e mapeamento da comunidade de *software* cultural. Acrescenta
34 que os termos da parceria já foram apreciados pela Procuradoria Jurídica e, em conjunto com
35 a professora Andrea Paula dos Santos, negociou com o MinC a descentralização, ainda este
36 ano, dos recursos orçamentários totalizados em R\$ 5.900.000,00. Abre-se para discussão.
37 Solicitam-se maiores esclarecimentos acerca da elaboração de editais que compõem o Plano
38 de Trabalho. Professor Sérgio explica que, primeiramente, a UFABC elaborará editais
39 experimentais, mas, até que isso ocorra, seguirão os modelos daqueles destinados à pessoa
40 física, portanto, os docentes da UFABC poderão participar. Mediante análise dos resultados,
41 novas edições serão emitidas. Encaminha-se a proposta para votação. Aprovada por
42 unanimidade. **‘Termo de Cooperação entre UFABC e Fundação Orquestra Sinfônica do**
43 **Estado de São Paulo – Fundação OSESP’.** O relator Haroldo de Oliveira Souza Filho, um dos
44 coordenadores do convênio, informa que esse instrumento não envolve transferência de
45 recursos, apenas demanda algumas providências por parte da UFABC para apresentação do



Serviço Público Federal
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC
Conselho de Ensino e Pesquisa

ATA Nº 10/2010

1 Coro da Orquestra Sinfônica do Estado de São Paulo, tais como: transporte de carga e dos
2 músicos, disponibilização de salas e lanches aos coralistas e equipe. Conclui convidando
3 todos a prestigiar esse evento que encerrará a semana cultural da UFABC em 14 de dezembro
4 próximo, no saguão do bloco A. Não havendo pedidos de esclarecimento, professor Waldman
5 encaminha o assunto para votação. Aprovado por unanimidade. **Expediente:** ‘Minuta de
6 Resolução que estabelece normas e procedimentos para a concessão, renovação,
7 cancelamento e extensão das bolsas de estudo de Pós-Graduação e de estudos pós-doutorais
8 da UFABC’. Professor Kamienski informa que a proposta foi amplamente discutida na
9 Comissão de Pós-Graduação (CPG), tendo em vista a atual limitação para oferecimento de
10 bolsas internas, em razão do aumento do número de cursos e do amadurecimento da UFABC
11 que acarreta maior oferta de bolsas provenientes de agências de fomento. Dentre as principais
12 alterações está a concessão de bolsas internas prioritariamente a alunos ingressantes;
13 incentivo, aos alunos do 2º ano em diante, para requerimento de bolsa junto às agências de
14 fomento, uma vez que a renovação estará condicionada ao indeferimento por parte de alguma
15 instituição dessa natureza; o prazo de concessão das bolsas passará a ser de 12 meses e será
16 permitido aos bolsistas receber complementação financeira proveniente de outras fontes,
17 desde que não sejam bolsas de outras agências públicas de fomento e que a atividade a ser
18 desempenhada esteja relacionada à área de atuação e de interesse para formação acadêmica,
19 científica e tecnológica do aluno. Quanto à última alteração, explica que esta segue as normas
20 da Portaria Conjunta nº 01/2010, emitida pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal
21 de Nível Superior (CAPES) e Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e
22 Tecnológico (CNPq) e beneficiará principalmente os profissionais das áreas de ensino,
23 engenharia e computação, diminuindo eventuais evasões ocasionadas por dificuldades
24 financeiras. Abre-se para discussão. Questionado acerca da concessão da bolsa estar
25 condicionada ao mérito do aluno ou orientador, professor Kamienski esclarece que os
26 critérios de seleção são definidos por cada coordenação de curso, porém, tem observado o
27 frequente uso do mérito acadêmico dos alunos, não havendo objeções nesse sentido. Quanto à
28 dúvida em relação à complementação financeira destinar-se somente a alunos já bolsistas,
29 responde que a intenção é atender prioritariamente aos bolsistas, mas, novamente a proposta
30 não apresenta caráter restritivo e será possível contemplar, por exemplo, professores cuja
31 pesquisa esteja relacionada à área de ensino. Acerca da apresentação dos documentos
32 elencados no Art. 8º, informa que as etapas do requerimento de bolsa também ficarão a
33 critério da coordenação do curso e, ao final, os documentos deverão ser encaminhados à Pró-
34 Reitoria de Pós-Graduação. Com relação ao processo de renovação que exige primeiramente o
35 indeferimento do requerimento de bolsa por parte de alguma agência de fomento, teme-se que
36 isso ocasione a submissão de projetos propositalmente mal formulados, unicamente, para a
37 obtenção de pareceres negativos, o que facilitaria o acesso à bolsa interna, fato que
38 prejudicará a imagem da UFABC, principalmente, perante a Fundação de Amparo à Pesquisa
39 do Estado de São Paulo (FAPESP), instituição que recebe o maior número de solicitação de
40 bolsas. A fim de evitar tal situação, propõe-se acrescentar no Art. 12 que o conteúdo do
41 parecer negativo será considerado na análise da concessão da bolsa interna. Professor
42 Kamienski concorda com a proposta. Professora Denise relata que a política da FAPESP é
43 financiar o curso em sua totalidade, sendo mais recorrentes bolsas para doutorado, portanto,
44 acredita que, dificilmente, requerimentos de bolsas cujos cursos estejam em estágio já
45 avançado serão apreciados pela assessoria dessa instituição. Professor Kamienski espera a



Serviço Público Federal
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC
Conselho de Ensino e Pesquisa

ATA Nº 10/2010

1 compreensão e um olhar diferenciado da FAPESP, uma vez que a UFABC, ao oferecer bolsas
2 com recursos próprios, contribui muito para formação em pós-graduação e pesquisa no Estado
3 de São Paulo. Professor Dalpian relata que na ocasião em que coordenava o curso de pós-
4 graduação em nanociências foi solicitado aos alunos que requeressem primeiramente bolsas
5 em outras instituições e dentre 6 propostas, 5 obtiveram bolsas por meio de edital do CNPq,
6 fato que pode ser considerado um prestígio para a UFABC. Quanto à possibilidade de a
7 complementação financeira ocasionar aumento no tempo para defesa de dissertações e teses,
8 visto que, neste caso, os alunos estariam se dedicando a outras atividades, professor
9 Kamienski esclarece que os reflexos dessa nova disposição deverão ser acompanhados,
10 inclusive pela CAPES e CNPq. Particularmente, avalia que os alunos buscarão atividades que
11 não exijam muitas horas de dedicação e reforça que a medida impedirá eventuais evasões
12 motivadas por dificuldades financeiras. Acerca do futuro das bolsas internas, professor
13 Waldman informa que a distribuição dos recursos de custeio de universidades federais criadas
14 a mais de 5 anos e que já tenham formado, ao menos, 1 turma, será feito por meio de uma
15 matriz de alocação de recursos, não especificamente da Associação Nacional dos Dirigentes
16 das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes). Julga que é bastante provável que em
17 2011 a UFABC receba recursos provenientes dessa matriz. Dessa forma, será necessário um
18 esforço para manterem o oferecimento de bolsas internas, priorizando-se os novos cursos.
19 Professor Dalpian sugere considerarem a avaliação da CAPES e os cursos mais novos que
20 precisem de algum auxílio institucional. Após esclarecimentos acerca do prazo de concessão
21 das bolsas e demais procedimentos por parte da FAPESP, professor Waldman informa que o
22 assunto será tratado na Ordem do Dia da próxima sessão. ‘Projeto Pedagógico do Bacharelado
23 em Políticas Públicas (BPP)’. Professor Zimmerman informa que o curso é de extrema
24 importância diante do cenário mundial atual e que não se trata de uma preparação para
25 ingresso no serviço público, mas de um bacharelado para aprimorar o conhecimento de
26 servidores públicos e demais profissionais quanto aos mecanismos e relações do Estado com
27 organizações não governamentais e intergovernamentais, sindicatos, entre outros. O curso
28 visa, ainda, abordar questões éticas e relacionadas a licitações. Enfatiza que a área
29 denominada ‘públicas’ foi criada recentemente e possui caráter interdisciplinar, uma vez que
30 esta engloba ciências sociais, administração, economia e direito. Não há diretriz curricular
31 nacional para a mesma e, por esta razão, docentes do curso vêm dialogando com outras
32 instituições e organizações. Com relação à matriz curricular, apresenta as disciplinas
33 obrigatórias e os seguintes núcleos do conhecimento que abrigam disciplinas de opção
34 limitada: ‘Economia e Política da Ciência Tecnologia e Informação’; ‘Economia e Gestão do
35 Território’; ‘Administração Pública e Políticas Setoriais’. O curso possui o total de 2.856
36 horas e 228 créditos, sendo destacadas algumas disciplinas livres, as especificidades do TCC
37 de Políticas Públicas I e II e o estágio, que não será obrigatório e poderá ser convalidado com
38 atividades complementares. Abre-se para discussão. Questionado se a carga horária do curso
39 segue diretrizes do Ministério da Educação (MEC), professor Zimmerman esclarece que o BPP
40 possui carga horária superior à exigida nos bacharelados interdisciplinares: 2.400 horas.
41 Conforme mencionado, não há diretrizes curriculares específicas para a área de públicas,
42 contudo, estão elaborando um esboço deste documento, em parceria com outras
43 universidades, na tentativa de formalizar essa questão. Antecipa que visam uma flexibilidade
44 das normas considerando a diversidade de cursos que integram essa área. O representante
45 discente da graduação, Rodrigo, opina que a disciplina ‘Estudo Dirigido’ não deveria ser



Serviço Público Federal
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC
Conselho de Ensino e Pesquisa

ATA Nº 10/2010

1 inserida no segundo, mas sim no terceiro ano do curso, período de conclusão do BC&H e
2 BC&T. Professor Pimentel recorda que o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas
3 Educacionais Anísio Teixeira (INEP) exige em suas avaliações, a disponibilização de 1 livro
4 para cada 10 alunos, e observou a presença de aproximadamente 6 livros na bibliografia
5 básica na maioria das disciplinas. Portanto, havendo possibilidade, sugere que alguns livros
6 sejam transferidos para a bibliografia complementar. Professor Marvulle esclarece que, para
7 obter pontuação máxima na avaliação do INEP, entre diversas providências, a bibliografia
8 básica das disciplinas deve indicar exatamente 3 livros. Professor Zimmerman responde que a
9 elaboração das ementas seguiu recomendações internas para a melhor avaliação possível do
10 curso. Professor Klaus complementa que a biblioteca está consultando as ementas de todas as
11 disciplinas para providenciar os livros necessários, mediante disponibilidade orçamentária. À
12 ocasião, expõe sua preocupação quanto à disponibilidade de espaço físico para atender às
13 disciplinas deste e futuros cursos. Professor Zimmerman responde que a entrega do bloco Alfa
14 do *campus* de São Bernardo do Campo está prevista para o primeiro quadrimestre de 2011,
15 sendo que o início do BPP está programado para último quadrimestre de 2011. Outro fator
16 que traz ainda mais tranquilidade é a intersecção de disciplinas obrigatórias com alguns
17 cursos pós-BC&H. Professor Waldman complementa que o bloco Alfa iniciou a fase de
18 acabamento e calcula-se que entrará em funcionamento entre fevereiro e maio de 2011. O
19 mesmo será composto basicamente por salas de aulas, mas, provisoriamente, também abrigará
20 salas de docentes. No ensejo, questiona se o BPP abordará a questão do ensino superior e
21 políticas educacionais. Professor Zimmerman informa que algumas disciplinas e pesquisas do
22 corpo docente estão direcionadas a esses temas e ainda se pretende realizar estudos acerca do
23 perfil dos discentes ingressantes, absorção dos alunos pelo mercado de trabalho, novos cursos
24 necessários na UFABC e avaliação dos já existentes. Professor Gilberto parabeniza o trabalho
25 e considera que o mesmo vem enriquecer o Centro de Engenharia, Modelagem e Ciências
26 Sociais Aplicadas. Acrescenta que o Centro realizou o redimensionamento do número total de
27 seus docentes para atender a todas as disciplinas do BPP e o Grupo de Trabalho *Multicampi*
28 tem discutido a disponibilidade de espaço físico para os alunos em São Bernardo do Campo.
29 Professor Marvulle sugere que a disciplina ‘Introdução à Inferência Estatística para Ciências
30 Sociais’ seja substituída pela disciplina ‘Introdução à Inferência Estatística’ já existente, uma
31 vez que as técnicas utilizadas são as mesmas, independente da ciência em que serão aplicadas,
32 além de a duplicação de disciplinas com ementas iguais não seguir a filosofia da UFABC.
33 Professor Zimmerman acata a sugestão, contudo, lembra da resistência que alguns alunos da
34 área de humanas apresentam perante as ciências matemáticas, portanto, considera que a forma
35 didática seria um facilitador nesse sentido. Professor Waldman avalia que a discussão foi
36 bastante construtiva e informa que o assunto será apreciado na Ordem do Dia da próxima
37 sessão. Professor Dalpian assume a presidência da mesa. ‘Modelo Geral para Acordos de
38 Cooperação Internacional’. O assessor de relações internacionais, professor Guéron, reforça a
39 intenção de firmar vários acordos internacionais de cooperação acadêmica, científica e
40 cultural. Para tanto, propõe-se um modelo simples para acordo geral de cooperação entre a
41 UFABC e universidades do exterior. A proposta diminuirá a burocracia do processo, uma vez
42 que será necessário apenas seguir esse modelo e submeter o acordo de cooperação à
43 aprovação quanto ao mérito. Acrescenta que a Procuradoria Jurídica apreciou o documento e
44 concordou com seus termos. Abre-se para discussão. Professora Luciana questiona se
45 acordos, convênios ou termos de cooperação poderão ser realizados de modo tão genérico a



Serviço Público Federal
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC
Conselho de Ensino e Pesquisa

ATA Nº 10/2010

1 ponto de abranger estágios e pesquisas ou serão necessários documentos individuais para cada
2 objetivo. Professor Guéron esclarece que, em um acordo geral, os partícipes basicamente
3 reconhecem a existência e qualidade da outra parte, além de não envolver ônus financeiro da
4 UFABC. Alguns editais da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
5 (CAPES) e de outras agências de fomento, nacionais e internacionais, exigem um acordo
6 geral dessa natureza para concorrência a financiamentos. Havendo algum tipo de convênio
7 que envolva recursos financeiros da universidade, será necessário um modelo específico. O
8 assunto passará para a Ordem do Dia da próxima sessão. ‘Celebração de convênio de
9 cooperação científica e tecnológica entre UFABC e Fundação Ortopedia’. Professora Luciana
10 relata que este acordo está sendo proposto pelo CCNH por iniciativa da professora Juliana
11 Marchi. O objetivo da proposta é estabelecer uma cooperação de intercâmbio e
12 desenvolvimento científico e tecnológico, envolvendo as áreas de biomateriais, biomecânica,
13 engenharia de tecido e próteses, para utilização tanto de infraestrutura, como intercâmbio de
14 pesquisadores e estudantes nessas atividades de pesquisa e desenvolvimento tecnológico.
15 Dessa forma, o convênio não somente beneficiaria grupos de pesquisa do CCNH, mas outros
16 grupos de áreas relacionadas, como bioengenharia. Explica que já existe um projeto de
17 pesquisa sendo desenvolvido por uma aluna do programa de pós-graduação em Nanociência e
18 o convênio formalizaria esse processo, beneficiando também cursos de pós-graduação em
19 outras áreas. Finaliza informando que a proposta recebeu a aprovação do Conselho do CCNH
20 e foi apreciada pela Procuradoria Jurídica. Professor Gilberto ressalta a importância de o
21 convênio abranger a UFABC como um todo, permitindo que qualquer docente possa
22 desenvolver planos de trabalho específicos. Professora Luciana entende que o convênio é
23 genérico suficiente para atender a UFABC, sem nenhum tipo de especificação em relação à
24 área, graduação ou pós-graduação. Acorda-se que o assunto será apreciado na Ordem do Dia
25 da próxima sessão. ‘Projeto Pedagógico do Bacharelado em Neurociência (BCN)’. Professor
26 Peter discorre acerca das motivações para criação do curso e apresenta os campos de atuação
27 dos neurocientistas: processamento de sinais cerebrais, avaliação de novos fármacos,
28 jornalismo científico, adaptação e técnicas de reabilitação, aplicações em ensino e pedagogia,
29 entre outros. Destaca que professores de todos os Centros têm colaborado com o projeto e
30 vários alunos manifestaram interesse em cursar o BCN. No tocante ao projeto pedagógico,
31 explica que o bacharelado possuirá caráter interdisciplinar e visa à formação de profissionais
32 atualizados, capacitados a colocar os conhecimentos adquiridos em prática, aptos a trabalhar
33 em equipe e com perfil pró-ativo. Segue com a estrutura curricular do curso. A maioria das
34 disciplinas de opção limitada já é oferecida e serão organizadas em 3 ênfases: biológica,
35 cognitiva e computacional, mas ressalta que tal divisão não tem implicações no diploma do
36 curso ou pretende incentivar os alunos a se restringirem a determinada especialização.
37 Acrescenta que, após a conclusão de 50% das disciplinas obrigatórias, os alunos poderão
38 iniciar os três estágios supervisionados, devendo, no mínimo um, ser realizado em instituição
39 acadêmica. Conclui apresentando o plano de implantação do curso que propõe a introdução
40 gradual de novas disciplinas e a criação de uma turma diurna e noturna, com 30 alunos cada.
41 Pretende-se que o *campus* de São Bernardo do Campo seja o principal local deste
42 bacharelado, apesar de as atividades serem iniciadas no *campus* de Santo André com o
43 oferecimento de disciplinas teóricas e práticas, laboratórios didáticos e de pesquisa. Abre-se
44 para discussão. Professor Kamienski propõe a supressão do termo ‘ênfase’, visto que tal
45 aspecto ainda é objeto de discussões pelo fato de demandar maior carga horária aos discentes



Serviço Público Federal
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC
Conselho de Ensino e Pesquisa

ATA Nº 10/2010

1 e docentes, bem como o oferecimento de determinadas disciplinas, mesmo com número
2 reduzido de alunos. Professor Marvulle esclarece que o termo foi empregado somente para
3 agrupar as disciplinas das áreas biológica, cognitiva e computacional. Salaria que o curso
4 não exigirá um conjunto de disciplinas para habilitação em área específica. Professor Dalpian
5 expressa seu apoio à proposta, porém considera desnecessário constar no projeto pedagógico
6 informações relacionadas, por exemplo, ao processo seletivo e construção de laboratórios.
7 Professor Peter responde que esse modelo de projeto pedagógico foi influenciado pelos
8 formulários que a Pró-Reitoria de Graduação precisará preencher no momento de solicitar a
9 autorização do curso, em que será avaliada não somente a infraestrutura existente, mas
10 também a prevista para os futuros alunos. Professor Marvulle retifica que não é necessária a
11 autorização para início do curso, somente o credenciamento junto ao INEP. Professor
12 Waldman considera interessante que o projeto pedagógico seja um documento atemporal,
13 uma vez que eventuais alterações, mesmo que referentes à infraestrutura deverão ser
14 submetidas à aprovação deste Conselho. Professora Luciana tece elogios à iniciativa, no
15 entanto, preocupa-se como se dará o oferecimento das disciplinas de ciências biológicas, pois,
16 apesar de já serem oferecidas, as mesmas envolvem laboratórios, os docentes envolvidos já
17 possuem carga didática alta e não há possibilidade de simples remanejamento, uma vez que
18 atuam em áreas específicas. Lembra, ainda, que a sede do curso sendo em São Bernardo do
19 Campo, toda essa estrutura deverá ser duplicada. Observa também que na proposta não
20 constam disciplinas que forneçam os subsídios necessários para o curso da disciplina
21 'Sistemas Biológicos IV', voltada para o final de um curso de graduação. Por fim, concorda
22 com o comentário do professor Dalpian e sugere que o documento concentre-se apenas nos
23 aspectos que cabe a este Conselho avaliar. Em razão do adiantado das horas e por falta de
24 quorum, professor Waldman informa que este assunto será retomado na continuação desta
25 sessão. Como nenhum dos participantes desejasse fazer uso da palavra, o reitor agradeceu a
26 presença de todos e encerrou a sessão às 18h17. Do que para constar, nós, Fabiane Alves,
27 Marcela dos Santos, Soraya Aparecida Cordeiro de Macedo e Tatiane Lira do Nascimento,
28 assistentes em administração da Secretaria Geral, em conjunto com a Secretária Geral,
29 lavramos e assinamos a presente Ata aprovada pelo reitor, professor doutor Helio Waldman, e
30 pelos demais presentes à sessão.-----
31 Aos 18 dias do mês de novembro do ano de 2010, no horário das 14h, na sala de reuniões do
32 5º andar da Unidade Catequese da Universidade Federal do ABC (UFABC), sita à Rua
33 Catequese, 242, Centro, Santo André, realizou-se a continuação da X sessão ordinária do
34 Conselho de Ensino e Pesquisa (ConsEP) da UFABC, do ano em curso, previamente
35 convocada e presidida pelo magnífico reitor, Helio Waldman, com a presença dos seguintes
36 Conselheiros: Alexandre Shigueru Kawai, representante suplente dos servidores técnico-
37 administrativos; Arnaldo Rodrigues do Santos Júnior, diretor do Centro de Ciências Naturais
38 e Humanas (CCNH); Cristiane Brito Andrade, representante discente da pós-graduação;
39 Gilberto Martins, diretor do Centro de Engenharia, Modelagem e Ciências Sociais Aplicadas
40 (CECS); José Carlos da Silva, representante suplente dos servidores técnico-administrativos;
41 Josiane Manteiga de Oliveira, representante discente da graduação; Klaus Werner Capelle,
42 pró-reitor de pesquisa; Márcio da Silva, representante suplente docente do Centro de
43 Matemática, Computação e Cognição (CMCC); Roberto Menezes Serra, substituto eventual
44 do pró-reitor de pós-graduação e Wagner Alves Carvalho, representante suplente docente do
45 Centro de Ciências Naturais e Humanas (CCNH). Ausentes: Gustavo Martini Dalpian, vice-



Serviço Público Federal
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC
Conselho de Ensino e Pesquisa

ATA Nº 10/2010

1 reitor; Derval Rosa, pró-reitor de graduação; Erich Kellner, representante docente do CECS;
2 Rodrigo Martins Santiago da Silva, representante discente da graduação; Valdecir Marville,
3 diretor do CMCC; Wagner Diego Gonçalves, representante discente da pós-graduação. Não-
4 votantes: Marcelo Modesto da Silva, presidente da Comissão Permanente de Pessoal Docente;
5 Peter Claessens, professor convidado; Plínio Zonoff Táboas, pró-reitor de extensão; Soraya
6 Aparecida Cordeiro de Macedo, secretária geral em exercício. Apoio administrativo: Fabiane
7 de Oliveira Alves, Marcela dos Santos e Tatiane Lira do Nascimento, assistentes em
8 administração da Secretaria Geral. Havendo quórum legal, o magnífico reitor, após
9 cumprimentar os presentes, abre a sessão, às 14h25 retomando discussões acerca do 'Projeto
10 Pedagógico do Bacharelado em Neurociência (BCN)'. Professor Peter comenta os seguintes
11 destaques encaminhados na sessão anterior: 1) termo 'ênfase'. Embora empregado somente na
12 intenção de organizar as disciplinas de opção limitada em três eixos temáticos, será
13 substituído por 'ênfase' para melhor compreensão desse contexto; 2) presença de
14 informações consideradas desnecessárias e o formato do projeto pedagógico. Afirma que,
15 após consulta à Divisão Acadêmica de Assuntos Educacionais, foram retiradas do texto; 3)
16 aumento da carga didática dos docentes e laboratórios. Esclarece que, considerando o
17 conjunto de disciplinas optativas e a quantidade de créditos que os alunos precisarão cumprir
18 nessa categoria, acreditam que o número de alunos em cada turma das disciplinas já existentes
19 será pequeno. Presumem ainda que os alunos que optarem pelo Bacharelado em Neurociência
20 terão preferência em cursar as disciplinas mais relacionadas a essa área e, mesmo sem tal
21 suposição, uma vez que há 24 créditos de disciplinas optativas remanescentes por cada aluno,
22 estimam que haverá o acréscimo de 5 alunos em cada disciplina. Serão necessárias turmas
23 adicionais somente para as disciplinas obrigatórias 'Sistemas Biológicos IV' e 'Bioética'.
24 Ressalta, ainda, que o BNC oferecerá novas disciplinas que poderão ser incluídas nas grades
25 de outros cursos como optativas. Complementando a questão acerca da infraestrutura,
26 comenta que o *campus* de São Bernardo do Campo apresenta as condições necessárias para a
27 realização das aulas práticas e teóricas, laboratórios de informática e experimentais; 4)
28 disciplina 'Sistemas Biológicos IV' posicionada de forma prematura na grade do BNC. Relata
29 que foram ouvidos docentes, discentes e o coordenador do Bacharelado em Ciências
30 Biológicas e os mesmos não se posicionaram contrários, mas opinaram que determinados
31 conteúdos das disciplinas 'Sistemas Biológicos I' e 'Biologia Celular' são importantes para o
32 curso da disciplina 'Sistemas Biológicos IV'. Dessa forma, decidiram incorporar a sugestão
33 apresentada tanto pelos docentes, como pelo coordenador, de oferecer previamente a
34 disciplina 'Neurobiologia Molecular e Celular', pois aborda os aspectos mais relevantes da
35 disciplina 'Biologia Celular' para a neurociência, além de apresentar carga didática
36 considerável. Enfatiza que não estão sugerindo que ambas são equivalentes, apenas
37 consideram que parte da disciplina 'Biologia Celular' não é relevante para o BNC. Contudo,
38 as disciplinas 'Biologia Celular' e 'Sistemas Biológicos I' permanecem na grade curricular na
39 condição de optativa. Abre-se para discussão. Surgem manifestações defendendo a presença
40 das disciplinas 'Biologia Celular' e 'Sistemas Biológicos I' na matriz curricular do curso,
41 previamente à disciplina 'Sistemas Biológicos IV'. Observa-se que o conjunto das
42 obrigatórias apresenta diversas disciplinas que tratam do cérebro em direção ao corpo, mas
43 não do corpo em direção ao cérebro, fato que seria resolvido com o oferecimento das duas
44 disciplinas supracitadas. Professor Waldmam considera que essa discussão está relacionada à
45 ausência de pré-requisitos, característica a qual é favorável, mas avalia tratar-se de uma



Serviço Público Federal
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC
Conselho de Ensino e Pesquisa

ATA Nº 10/2010

1 questão ainda em aberto e que caberá solução ao longo do desenvolvimento da UFABC,
2 talvez com a elaboração de material didático específico. Questionado acerca do aumento do
3 número de alunos por turma, professor Peter explica que, sendo preenchidas as 30 vagas em
4 cada turno, as disciplinas obrigatórias, como 'Sistemas Biológicos IV', demandarão novas
5 turmas para a parte prática. Já o cálculo que resultou no aumento de 5 alunos por disciplina
6 optativa baseou-se no número total dessas disciplinas na matriz curricular do BNC e nos
7 créditos exigidos para essa categoria. Esperam que os alunos se distribuam igualmente em
8 cada enfoque. Professor Waldmam agradece ao professor Peter e informa que o assunto
9 seguirá para a Ordem do Dia na próxima sessão. 'Convênio com Prefeitura Municipal de São
10 Bernardo do Campo - estudo, pesquisa, desenvolvimento de tecnologias aplicadas a processos
11 de trabalho e programas para capacitação de servidores'. Professor Plínio apresenta breve
12 histórico da proposta. Destaca que em junho de 2010, a Prefeitura Municipal de São Bernardo
13 do Campo (PMSBC) tomou conhecimento do curso de Gestão Pública da UFABC oferecido
14 aos servidores dessa universidade, em fase de conclusão de sua primeira turma. Em julho,
15 entrando em contato com a UFABC, a PMSBC manifestou interesse de que esse curso
16 integrasse o Catálogo 2010 de seu Programa Anual de Capacitação de Servidores. Desde
17 então, foram realizadas reuniões periódicas para tratar de adequações necessárias nas ementas
18 para atender às especificidades do serviço público municipal. À ocasião desses encontros,
19 definiu-se que o acordo entre as partes dar-se-ia por meio de um convênio geral, por uma
20 questão interna da PMSBC, tendo por objetivo a realização de estudos, pesquisa,
21 desenvolvimento de ações para implantação de novas tecnologias, redesenho e automação de
22 processos de trabalho e programas de capacitação e cursos de extensão para servidores
23 públicos municipais daquela prefeitura. Ressalta, ainda, que o convênio está condizente com a
24 finalidade e objetivos definidos no Estatuto da UFABC - a saber: 'Art. 3º - São finalidades
25 essenciais da UFABC, o ensino a pesquisa e a extensão, integrados na formação de cidadãos
26 qualificados para o exercício profissional e empenhados na busca de soluções democráticas
27 para problemas nacionais'; 'Art. 4º - Na consecução de seus objetivos, a UFABC ministrará
28 os cursos necessários visando a formação e o aperfeiçoamento, inclusive em nível de pós-
29 graduação, dos recursos humanos solicitados pelo progresso da sociedade brasileira(...)' e
30 'Art. 5º, inciso VII - A educação superior tem por objetivo: promover a extensão, aberta à
31 participação da população, visando a difusão das conquistas e benefícios resultantes da
32 criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição'. Como desafios
33 a serem vencidos, destaca: 1) realização de convênio com duração de 30 meses, prorrogáveis
34 por igual período, cujo primeiro termo aditivo será o curso de especialização em Gestão
35 Pública, juntamente com seu Plano de Trabalho; 2) escassez de tempo, uma vez que, para
36 integrar o catálogo 2010 e, conseqüentemente, haver aproveitamento de recursos do
37 orçamento vigente, é preciso que o curso tenha início até dezembro do ano em curso; 3) o
38 modelo de curso destinado aos servidores da UFABC deve ser ajustado às necessidades da
39 gestão pública municipal; 4) a UFABC deve estruturar a equipe que ministrará o curso até sua
40 conclusão. Explica que a coordenação geral será do pró-reitor de extensão e a coordenação
41 executiva sugere-se que seja do professor Guiou Kobayashi, idealizador do curso. Por fim,
42 esclarece que à PMSBC caberá prover recursos financeiros pactuados, reproduzir materiais
43 didáticos e publicar um livro com experiência adquirida. À UFABC, caberá prover o corpo
44 docente para oferecer o curso para 2 turmas de 40 alunos, e executá-lo entre fevereiro de 2011
45 e agosto de 2012, sendo que a parte de estruturação deverá ter início ainda em 2010. Abre-se



Serviço Público Federal
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC
Conselho de Ensino e Pesquisa

ATA Nº 10/2010

1 para discussão. Professor Arnaldo questiona se o convênio permite que os técnicos de
2 laboratório da UFABC tenham acesso aos cursos de capacitação da PMSBC. Professor Plínio
3 esclarece que a própria Prefeitura solicitou a participação da UFABC em mais programas de
4 capacitação, sendo assim, nada impede que haja a possibilidade desse requerimento. Aos
5 questionamentos acerca da disponibilidade de docentes para integrar o programa, responde
6 que a coordenação do curso já iniciou os contatos e há professores com disponibilidade.
7 Ressalta que a estratégia é deixar a oferta o mais aberta possível para receber todos que
8 possam contribuir. Salaria ainda, que o curso poderia ser desenhado em conjunto com a
9 PMSBC, recebendo apoio, inclusive da Procuradoria Jurídica deles no tocante aos módulos
10 que tratam da legislação municipal. Professor Waldman complementa declarando que se está
11 tratando de um convênio e não de um contrato de prestação de serviço. Sendo, portanto, um
12 acordo em torno de algo que contempla interesses de ambas as partes. Não havendo mais
13 inscritos, acorda-se que o assunto seguirá para Ordem do Dia da próxima sessão. ‘Recurso à
14 decisão indeferitória da progressão funcional do professor Armando Caputi, em concordância
15 com o disposto no Art. 20, § 2º, do Regimento Interno da Comissão Permanente de Pessoal
16 Docente (CPPD): “Mantida a decisão indeferitória, ao fim de 10 (dez) dias úteis, contados a
17 partir do dia imediatamente subsequente ao do recebimento do Pedido de Reconsideração, a
18 CPPD o encaminhará, como Recurso, à apreciação do Conselho de Ensino e Pesquisa”’. O
19 presidente da CPPD, professor Marcelo Modesto relata breve histórico do processo. Destaca
20 que professor Caputi solicitou progressão de professor adjunto nível II para nível III. No
21 entanto, não atingiu a pontuação mínima nas atividades de extensão e pesquisa, isso porque
22 elencou como atividade de pesquisa um livro ainda não publicado e, de acordo com a
23 Resolução ConsUni 37, não se atribui qualquer tipo de pontuação para livros, capítulos de
24 livros, artigos em revistas indexadas ou trabalhos em anais de congresso em fase de
25 preparação, mas somente para trabalhos já publicados. Assim sendo, no Campo II do mapa de
26 pontuação, referente à pesquisa, o requerente atingiu 2 pontos correspondente à participação
27 em banca de defesa de mestrado. Além disso, ainda que se levasse em conta a publicação do
28 requerente (em fase de preparação) somando 20 pontos, o mesmo não atingiria a o mínimo de
29 30 pontos de acordo com o que versa o Art. 6º da mencionada Resolução: *‘Art. 6º A avaliação*
30 *do desempenho docente utilizará a escala de pontuação relacionada no Art. 8º, e deverá*
31 *obedecer aos seguintes critérios: I – é obrigatória a obtenção de pontuação mínima de 30*
32 *(trinta) pontos no Campo I (Atividades de Ensino), cabendo excepcionalidades nos casos*
33 *amparados na legislação vigente; II – é obrigatória a obtenção de pontuação mínima de 30*
34 *(trinta) pontos na soma dos pontos computados no Campo II (Atividades de Pesquisa) e no*
35 *Campo III (Atividades de Extensão), cabendo excepcionalidades nos casos amparados pela*
36 *legislação vigente; III – todas as atividades e/ou produtos devem ser comprovados quanto à*
37 *autoria e duração através dos órgãos de registro da Universidade ou outros órgãos*
38 *competentes’*. A esse parecer que justificou o indeferimento da solicitação de progressão, foi
39 enviado um requerimento de reconsideração: *‘Eu, Armando Caputi, Professor Adjunto Nível*
40 *II, lotado no Centro de Matemática, Computação e Cognição (CMCC) da Universidade*
41 *Federal do ABC, tendo tomado ciência, nesta data, do indeferimento de meu requerimento de*
42 *progressão para classe de Professor Adjunto Nível III, por parte desta Comissão, venho*
43 *respeitosamente requerer a reconsideração de tal indeferimento, com base nos argumentos*
44 *apresentados abaixo. Conforme parecer do relator da matéria perante esta Comissão (fl.*
45 *177, Proc. 23006.000929/2010-64), a justificativa para o indeferimento tem como base a*



Serviço Público Federal
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC
Conselho de Ensino e Pesquisa

ATA Nº 10/2010

1 *interpretação de que uma das atividades arroladas pelo requerente – a saber, o livro “Notas*
2 *de Aula do Curso de Bases Matemáticas” – não poderia ser considerado no campo II –*
3 *Atividades de Pesquisa, por ser obra ainda não publicada. Tal interpretação faria com que a*
4 *pontuação mínima exigida para os campos II – Atividades de Pesquisa e III – Atividades de*
5 *Extensão, conforme Resolução ConsUni 37/2010, não fosse atingida, justificando assim o*
6 *indeferimento do requerimento. Segundo me foi informado pelos representantes do CMCC na*
7 *CPPD, esta Comissão teria sugerido que tal atividade fosse arrolada no campo V – Outras*
8 *Atividades Relevantes, o que permitiria sua pontuação, mesmo não interferindo no parecer*
9 *final de indeferimento (pela não obtenção da minimalidade, conforme já mencionado acima).*
10 *Cabe destacar desde já que, ao admitir validar a pontuação da atividade em questão na*
11 *forma de “outras atividades relevantes”, esta Comissão concorda implícita e*
12 *inequivocadamente com o requerente ao considerar justo e apropriado o princípio de se*
13 *pontuar parcialmente a elaboração de um livro, de forma proporcional e razoável, de modo a*
14 *evitar distorções no processo de avaliação da produção docente em um dado interstício.*
15 *Diante disso, o requerente passa a admitir que a divergência entre este e o parecer desta*
16 *Comissão encontra-se única e exclusivamente na seguinte dúvida: em qual campo de*
17 *atividades (nos termos da Resolução ConsUni 37/2010) deve-se arrolar a atividade em*
18 *questão? A Comissão, seguindo o parecer supracitado, baseia sua negativa em considerar tal*
19 *atividade como pertinente ao campo II – atividades de pesquisa no fato de que o livro ainda*
20 *não foi publicado. Ora, o fato de um livro ter ou não ter sido publicado pode interferir em*
21 *uma avaliação da qualidade de tal livro (o que, por sua vez, pode interferir na pontuação*
22 *atribuída a tal atividade – o que foi levado em conta pelo requerente em sua proposta de*
23 *pontuação), mas não interfere, nem poderia interferir, na avaliação da natureza de tal*
24 *atividade. Se, ao final do processo (no caso do livro, o final se dá pela publicação), a*
25 *atividade é considerada como sendo de pesquisa, não se lhe pode dar outra natureza, que*
26 *não esta, durante sua fase de elaboração. Dito de outra forma, a Resolução ConsUni*
27 *37/2010, ao elencar o item “Livro publicado com ISBN” no campo II – Atividades de*
28 *Pesquisa, subentende inequivocadamente que a atividade em si (e não somente seu ato final)*
29 *de produção e elaboração de um livro é uma atividade de pesquisa, podendo, isso sim, sua*
30 *pontuação ser ponderada, segundo seu estágio de desenvolvimento. Desta forma, é*
31 *consequente e razoável o entendimento deste requerente de que a atividade em questão seja*
32 *considerada dentro do campo II – atividades de Pesquisa, o que acarreta a obtenção da*
33 *minimalidade exigida pela legislação em vigor e, conseqüentemente, as exigências mínimas*
34 *para a progressão requerida. Parece também oportuno reafirmar o entendimento do*
35 *requerente, já expresso em documento enviado em anexo ao requerimento original de*
36 *progressão (fl. 07, Proc. 230006.000929/2010-64), de que a pontuação atribuída ao item em*
37 *tela “não poderá se repetir em avaliações futuras para fins de progressão”. Diante das*
38 *razões acima, venho respeitosamente requerer que esta Comissão reconsidere seu parecer*
39 *anterior, deferindo o requerimento de progressão sob análise’. Professor Marcelo ressalta*
40 *que a CPPD, diante de tal requerimento, foi unânime ao decidir pela manutenção do*
41 *indeferimento. Abre-se para discussão. Professor Márcio, substituindo o titular, professor*
42 *Edson Pimentel, declara que foi informado de que na primeira parte dessa sessão fora*
43 *solicitada a promoção do item para Ordem do Dia. Tal solicitação, no entanto, foi negada*
44 *tendo em vista que os Conselheiros não tinham conhecimento do processo. Enfatiza que a*
45 *passagem do assunto para Ordem do Dia daria oportunidade de cumprimento de prazos por*



Serviço Público Federal
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC
Conselho de Ensino e Pesquisa

ATA Nº 10/2010

1 parte da Coordenação Geral de Recursos Humanos, sem mais prejuízos ao professor Caputi.
2 Professor Waldman lembra que a promoção já foi votada e não aprovada, portanto, trata-se de
3 questão encerrada. Professor Márcio prossegue enfatizando que não é contrário à Resolução
4 da CPPD, mas ressalta que esse é um caso muito particular, tendo em vista que a publicação a
5 que se refere o requerimento, a qual está sob discussão, tem sido usada com constância pelos
6 alunos nas aulas de bases matemáticas, uma vez que, como é de conhecimento de todos, há
7 uma deficiência da biblioteca na oferta de material didático para pesquisa. Além disso, trata-
8 se de uma obra praticamente concluída. O fato de não estar publicada, não subtrai o mérito
9 desse trabalho. Diversos Conselheiros manifestam apoio à decisão da CPPD, tendo em vista
10 que não seguir a regra abriria um precedente. Observa-se ainda, que não se trata de um
11 material fruto de atividade de pesquisa, visto que o livro compõe-se de notas de aulas,
12 portanto, caracteriza-se como material de ensino. Professor Márcio acredita que uma possível
13 reconsideração desse caso poderia ser tratada como caso omissis. No entanto, professor
14 Marcelo lembra que a solicitação do próprio professor Caputi não trata a questão como caso
15 omissis, portanto, não deve ser assim abordada. Professor Waldman, à sugestão feita pelo
16 professor Wagner para que se estude a possibilidade de adoção de uma hierarquização nas
17 publicações, considera válida e completa declarando que a questão que envolve material
18 didático deve ser valorizada. Ressalta a importância do uso do princípio da impessoalidade
19 em casos como esse. Finda observando que o momento de discutirem ajustes nas regras é na
20 definição da normativa. Não havendo mais inscritos, o assunto segue para Ordem do Dia da
21 próxima sessão. Como nenhum dos participantes desejasse fazer uso da palavra, o reitor
22 agradeceu a presença de todos e encerrou a sessão às 16h. Do que para constar, nós, Fabiane
23 Alves, Marcela dos Santos, Soraya Aparecida Cordeiro de Macedo e Tatiane Lira do
24 Nascimento, assistentes em administração da Secretaria Geral, em conjunto com a Secretária
25 Geral, lavramos e assinamos a presente Ata aprovada pelo reitor, professor doutor Helio
26 Waldman, e pelos demais presentes à sessão.

Fabiane de Oliveira Alves
Assistente em Administração

Marcela dos Santos
Assistente em Administração

Soraya Aparecida Cordeiro de Macedo
Assistente em Administração

Tatiane Lira do Nascimento
Assistente em Administração

Eloísa Helena da Silva Quitério
Secretária Geral

Helio Waldman
Reitor